

# **Quando o outro está(é) nos rastros e restos de um arquivo: Experimentações etnográficas na invenção de um acervo<sup>1</sup>**

Angelita Soares Ribeiro- IFSul/CaVG, RS/Brasil

Fabíola Mattos Pereira- IFSul/CaVG, RS/Brasil

## **Palavras-chave**

**Memória, Etnografia documental, Montagem**

## **Introdução**

O Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC) vinculado ao Campus Pelotas Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul) tem seu início diante a uma necessidade pressentida por alguns servidores, alunos e colaboradores externos, em buscar mais profundamente a história do CaVG- fundado em 1923 como Patronato Agrícola Visconde da Graça - a partir dos sujeitos que a vivenciaram, em especial, os alunos que desde a década de 1920 são conhecidos como internos, por residirem na moradia estudantil do *campus*. Movidos pelas lacunas que persistem quando procuramos contar acerca das histórias dos estudantes oriundos dos grupos populares do município de Pelotas e região, que passam pela escola desde o início da república, buscamos desde o início da constituição do grupo tensionar acerca dos processos socio-históricos que tornaram algumas dessas vozes silenciadas na história institucional.

O NEPEC é constituído em 2012, no entanto consolida-se a partir do processo de salvaguarda, iniciado em 2014, do outrora “arquivo morto” do CaVG-IFSul. Após um processo administrativo denso de identificação e convencimento institucional da necessidade de preservação dos materiais históricos, que culminou na obtenção da salvaguarda provisória do outrora “arquivo morto” pelo NEPEC, começamos em outras e ainda mais densas etapas. O trato diário com os materiais colocou em evidência uma ação em particular em relação às dinâmicas que são próprias do trabalho de escavação: abrir e revirar caixas, envelopes, cadernos e folhas... Olhar, higienizar, identificar, e novamente acondicionar e fechar caixas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

Inicialmente, as caixas eram uma forma de acondicionamento, resultado e desfecho de um longo processo de trabalho de preservação dos materiais. No entanto, logo se tornaram pilhas e mais pilhas que iam crescendo e acumulando-se par a par, no ritmo de nosso trabalho, das nossas surpresas, encantamentos e das múltiplas indagações que os materiais iam nos colocando. Em sentimento de quase exaustão e êxtase, seguíamos abrindo e fechando caixas, sem saber ainda com o que estávamos nos deparando...

É este processo de construção do acervo que, acreditamos, acabou se colocando como a própria construção do campo etnográfico. A forma como fomos higienizando, classificando e alocando os materiais orientou os modos como fomos conhecendo e inventando sujeitos que gritavam de dentro das caixas, em múltiplas vozes emudecidas pelo tempo, em rostos que exigiam reconhecimento.

Em meio a este terreno perigoso, vivido nos limiares entre ciência e todo o resto que se abre apenas em breves lampejos significantes, este trabalho pretende compartilhar os percursos que vimos construindo nos limiares entre uma etnografia documental que acolhe alguns elementos da teoria bakhtiana (CARRARA, 1998; BAKHTIN, 2011; AMORIM, 2004; PEREIRA, 2018) e aquilo que definimos como montagem surrealista (DIDI HUBERMAN, 2017; BRETON, 2001; RIBEIRO, 2018).

Compartilhamos assim a forma como fomos, na criação do acervo do NEPEC, tensionando limites de alteridade entre sujeitos e objetos, nos relacionando com aquilo – que em rastro – restou dos sujeitos da história do CaVG, e com os próprios documentos, objetos e imagens que por vezes parecem protagonizar enquanto sujeitos-arquivo sobreviventes na memória institucional.

Cabe ainda salientar que o texto que segue foi construído a partir de dois percursos etnográficos que em diversos momentos (con)fundem-se. Trata-se de duas pesquisas de doutorado que se elaboraram junto ao processo de constituição do acervo. Enquanto uma das autoras, através da etnografia documental influenciada pela teoria bakhtiniana, dedicou-se mais aos documentos e a uma busca profunda das vozes dos *sujeitos no arquivo* (PEREIRA, 2018), a outra, através de um trânsito por diferentes áreas (antropologia, história, filosofia, arte e psicanálise), buscou compreender os *sujeitos que passavam a ser no arquivo*, em um tempo e espaço abertos que os permitia serem outros através de uma (des)montagem surrealista das imagens do arquivo (RIBEIRO, 2018).

No entanto, como referimos, os dois percursos não se estabelecem de forma dicotômica e distanciada. Ao contrário, as descobertas metodológicas de uma pesquisadora iam todo tempo alimentando as descobertas da outra em um processo dialético sem sínteses estanques. Foi esse processo que permitiu a constituição do acervo como campo etnográfico. Campo esse que – ainda hoje – não cessa de nos exigir presentificação desse *Quem* ainda não contado.

Desta forma, este artigo busca primeiramente apresentar aquilo que, em busca profunda, entre lacunas e silenciamentos históricos, os documentos parecem abrir da história dos meninos e meninas que passaram pelo Visconde da Graça. Em seguida, assumimos tudo aquilo que jamais poderemos alcançar, procurando refletir sobre os arquivos que se abrem apenas em pequenos lampejos, fechando-se logo em seguida e nos deixando a possibilidade de remontar a história a partir daquilo que jamais alcançaremos... Investimos assim nas lacunas, nos restos e rastros e, com isso, descobrimos *sujeitos que são no arquivo*, a partir do arquivo, e que por isso podem pertencer a diferentes tempos e lugares.

Por último, compartilhamos experimentações etnográficas que, acreditamos, nos aproximam do conceito de antropológica. Nisso, confidenciamos sonhos e devaneios etnográficos, antes apenas registrados em diário de campo. E ainda, por fim, trazemos ao texto uma possibilidade de desmontagem da história cronológica dos álbuns e arquivos, apostando na potência subversiva das imagens tomando posição em uma nova ordem que, próxima da arte (aqui do surrealismo), reabre o tempo e o espaço.

Sem conclusões com contornos definidos, terminamos este texto com apenas uma citação que parece dizer dos caminhos éticos, políticos e estéticos que nos movem.

### **Quem? Quando o *Outro* está no arquivo**

Neste artigo construído a quatro mãos, arriscaremos uma escrita que aproxime as duas etnografias aqui já citadas, realizadas ao longo de quatro anos (2014 – 2018). As ênfases metodológicas distintas e complementares consolidaram o acervo como espaço de memória e ressignificação da história até então contada.

As lacunas, as ausências e restos existentes nos documentos do acervo, não nos deixavam esquecer de sua incompletude e parcialidade. O trabalho de campo nos empurrava permanentemente, a cada folha solta, a cada rosto numa fotografia 3x4, a cada registro de matrícula... Indagações sem fim: Quem foi? Por que veio? De onde veio? O que buscava? Que sonhos tinha?

Pedaços de histórias que marcaram um instante de encontro entre meninos, meninas, famílias e agentes estatais, são pequenos sinais de existências mudas na história:

Sinais de uma desordem mínima que deixou vestígio, visto que deram lugar a relatórios e interrogatórios, esses fatos íntimos em que quase nada é dito, mas que tantas coisas transpiram, são locais de investigação e de pesquisa. [...] Fragmentos de vida, disputas em retalhos expostas ali desordenadamente, refletindo ao mesmo tempo o desafio e a miséria humana. (FARGE, 2009, p. 79-80)

Conscientes, embora inconformadas, destes limites que o campo impôs, buscamos estabelecer estratégias de pesquisa amparando-nos na construção de casos, enfatizando o lugar e o olhar dos meninos e das meninas que pleitearam vagas na instituição. As dificuldades para conduzir uma pesquisa antropológica em documentos não foram totalmente superadas durante o trabalho de campo. De modo geral, tais problemas estavam relacionados com aquilo que os antropólogos definem por “aldeia” (CARRARA, 1998)<sup>2</sup>, por espaços circunscritos onde se dão as interações e observações, em suma com o campo. E, era justamente o que nos faltava e precisava ser constituído:

Na etnografia documental contamos, refletimos e delineamos, portanto, algo desse encontro arisco, tenso e cheio de afetos que empreendemos com essas vidas feitas papel, arquivo e administração. Nossas preocupações, como em qualquer outra etnografia, envolvem levar a sério o que nos é mostrado, o modo como essa exibição se ordena, a multiplicidade de vozes e mãos presentes na sua confecção, sua dimensão material, seu lugar em cadeias de outros documentos e ações, suas lacunas e silêncios. (VIANNA, 2014, p. 48)

Dos muitos meninos e meninas que passaram pelo Visconde da Graça muito pouco se sabia, apenas que foram muitos, que se chamavam por meio de números e não de nomes, que eram órfãos e que de lá saíam sabendo ler e escrever. E que alguns também não saíram, lá morrendo. Nada mais.

A sensação que se tinha, por alguns momentos, era de que o trabalho de campo seria deste modo, poucas certezas, e muitas perguntas. Por que era tão difícil entendê-los? Por que não se mostravam? Não teríamos os ouvidos treinados, os olhos atentos e a sensibilidade alerta?

Mesmo parcialmente, o acesso a tantas crianças e jovens só foi possível por meio das palavras, das vidas feitas em papel, e delas só conseguimos alguns registros quando nos detivemos a pensar sobre as dinâmicas institucionais como rotinas, espaços

---

<sup>2</sup> O autor adota o conceito de “aldeia-arquivo” para referir ao trabalho de campo realizado junto a acervos e arquivos.

de encontros e saberes que precisavam ser ordenados e seguidos pelas diferentes pessoas que a ela se dirigiam.

O arquivo, portanto, em nenhum momento esteve morto – nos demos conta. Seu cheiro de “papel velho”, tinha algo mais a mostrar, tal como o fio de Ariadne a nos conduzir por entre labirintos e corredores de estantes. A palavra foi (é) a potência do acervo, e ela segue seu curso, ecoando e retumbando ainda hoje... E foi por meio delas que seguimos produzindo novos textos, novas escritas construídas pelas palavras dirigidas a outros falantes. Para nós, a palavra tinha ainda muito a dizer, dela esperávamos que se mostrasse além do que víamos - formulários preenchidos e carimbados: “Se não esperamos nada da palavra, se sabemos de antemão tudo o que ela pode dizer, ela sai do diálogo e se coisifica”. (BAKHTIN, 2011, p. 328)

No meio de uma realidade desordenada de papéis e caixas, o encontro com as cartas das mães, de famílias que se dirigiam aos diretores do Visconde da Graça, foi uma das formas mais potentes de encontro com as vozes do acervo. As cartas foram uma das vias de acesso às histórias familiares, aos dramas narrados por homens e mulheres que solicitavam formalmente a matrícula de seus filhos órfãos... Endereçadas, as cartas aguardavam respostas, que muitas vezes não chegaram. Ficaram retidas em meio a tantos papéis. Hoje, nas mãos elas voltaram a se manifestar, falaram conosco, nos exigiram uma resposta.

As cartas conectam as histórias e dramas familiares com as expectativas da instituição. Elas são a ponte que permite a comunicação e aproximação de universos sociais distintos, na maioria das vezes. De modo peculiar as cartas se encadeiam numa série de outras narrativas de jovens e crianças que tiveram suas vidas atravessadas pela experiência de estudar no Visconde da Graça. Estudar e também trabalhar, uma vez que esta era uma das condicionalidades para permanecer matriculado.

Diante de tais cartas não bastaria contabilizá-las, anotá-las em quantidade ou descrever sua estrutura formal, mas perceber seus significados e o que desejavam expressar seria algo bem mais interessante, uma vez que as cartas eram muitas vezes a única voz das famílias que dos documentos se podia escutar.

De 1923 a 1934 as cartas enviadas pelas famílias não fizeram parte do acervo de documentos, por uma razão simples, os menores chegavam ao Visconde da Graça

pelas mãos do juiz de órfãos<sup>3</sup>. As famílias passaram a interagir formalmente com a instituição somente após 1934, quando transformado em Aprendizado Agrícola, contexto que exigia que as solicitações fossem endereçadas exclusivamente ao Diretor.

As dinâmicas para ingresso e desligamento institucional nos anos iniciais de funcionamento como Patronato Agrícola foram também realizadas por meio das cartas, mas dos juizes de órfãos ao diretor do Patronato. As cartas formais e diretas usadas como elemento de comunicação entre ambas instituições, seguiam um padrão rígido, diferente das cartas familiares.

Anexas aos processos de matrículas, as cartas enviadas ao Patronato Agrícola em Pelotas compõem dossiês ordenadamente arquivados, que muito dizem sobre as vidas dos meninos: suas condições de saúde, os estudos, o trabalho, a disciplina... Tais como os que selecionamos a seguir.

O aluno número 10, chamado Salvador de Sousa Leite, que ingressou quando tinha 10 anos de idade, no dia 11 de outubro de 1923, serve para responder “Quem” eram os alunos? Sua matrícula foi solicitada por sua mãe Deolinda Leite da Silva, e o nome de seu pai não consta nos seus dados de identificação. O aluno número 10 era de cor branca, media 1,29 metros, seu peso ao ingressar era de 35 quilogramas, tinha olhos claros, nariz achatado, orelhas regulares, boca pequena. Foi vacinado no Patronato no ano de 1924. No dia 15 de junho de 1925, seu avô, João de Souza Leite, dirige-se ao Juiz de Órfãos solicitando o desligamento do seu neto. A carta foi protocolada na folha 10, sob o número 155 no Patronato, sendo a ordem executada a 29 de junho de 1925:

“Estado do Rio Grande do Sul  
Juizo Districtal de Pelotas, 15 de junho de 1925  
Ilmo Snr. Diretor do Patronato Agrícola Visconde da Graça

Tendo João de Souza Leite requerido a esta Juizo, para retirar desse Patronato Agrícola, de que sois digno Diretor, seu neto Salvador de Souza Leite que aí se acha recolhido sob o nº 10, solicito-vos ordenar o seu desligamento, entregando-o a seu referido avô.

Saúde e Fraternidade”

---

<sup>3</sup> Juiz de órfãos em Pelotas administrava e definia os rumos da vida dos meninos que estudaram no Patronato, ampliando consideravelmente as atribuições iniciais pelas quais sua função passou a ser adotada no Brasil. Era o Juiz quem detinha a autoridade legal sobre estes meninos, a ponto de as famílias a ele também se dirigir para requerer o retorno de suas crianças para casa. A função “juiz de órfãos” chegou ao Brasil como herança da colonização portuguesa. Em sua origem ocupava-se em zelar pelos bens e recursos de herança de crianças órfãs, restringindo-se a servir determinado grupo social.

Repara-se que não há motivo explicitado para o desligamento e tampouco é apresentada uma justificativa por parte do Juiz. A justificativa do Juiz para requerer o desligamento do estudante se faz com base no pedido do avô. E assim fez o Diretor do Visconde da Graça, desligando o aluno duas semanas após seu requerimento, arquivando os documentos do aluno de número 10.

Os motivos que levaram ao encaminhamento de correspondências por parte do Juiz ao Diretor do Patronato, informando e solicitando o desligamento de muitos menores, foram explicitados em alguns casos.

O menino de nº 28 foi um destes casos. Era branco e tinha 13 anos de idade quando foi recolhido ao Patronato Agrícola. No dia 30 de outubro daquele mesmo ano de 1923, ano da fundação da instituição, o menino oriundo do estado de São Paulo ingressou como interno, não tendo foto anexada ao seu processo de matrícula, e alguns documentos. Dentre esses documentos encontramos um boletim com as notas das sabatinas realizadas entre os meses de maio a dezembro de 1924, o indicador com seus dados e assinalamentos pessoais, uma carteira de saúde com poucas informações anotadas e uma carta do Juiz encaminhada ao Diretor do Patronato solicitando o desligamento do menino, pouco mais de um ano após sua internação. O motivo que teria justificado o desligamento partiu de um "tio do menor", conforme está transcrito abaixo:

“Pelotas, 23 de fevereiro de 1925  
Ilmo Sr. Diretor do Patronato Agrícola Visconde da Graça

Tendo o Sr. João Marba, tio do menor Eugenio Marba, que se encontra recolhido a esse Patronato Agrícola, sob o nº 28, requerido a este Juízo para retirá-lo d’ahi afim de cuidar do mesmo como seu filho, solicito-vos ordenar o seu desligamento, entregando-o ao referido seu tio.

Saúde e fraternidade”

A carta enviada pelo Juiz chegou no Patronato no mesmo dia de sua emissão. Foi recebida pelo porteiro contínuo que a protocolou e encaminhou para o Diretor. O despacho assinado nesta mesma data continha o seguinte conteúdo:

“Desligue-se, de acordo com a autorização do Sr. Diretor, em telegrama de 30 de janeiro do corrente ano.

Álvaro Simões Lopes – Diretor”

E nada mais se sabe de Eugênio, o de nº 28. Nem antes de seu ingresso, nem depois, o que se sabe é apenas referente ao seu período de permanência no Patronato, ali, naquele período e naquele local, sua existência ficou registrada.

Todos os alunos que passaram pelo Patronato trabalharam em turno inverso às aulas. E em alguns relatórios anuais constam que foram visitados por familiares, mas em nenhum deles consta que foram retirados ou levados por seus pais ou parentes.

As avaliações médicas e o controle rigoroso de saúde e alimentação, bem como das atividades físicas e laborais ficaram registradas em muitos documentos do acervo. Em alguns casos, alegando incapacidade para o trabalho pela condição física frágil e a falta de “robustez”, dirigentes impediram por muitos anos, que meninos órfãos pudessem estudar:

[...] Por considerarmos a economia precária do nosso trabalhador rural responsável pela subnutrição e frequentes avitaminoses, por vezes, nas provas de seleção física para a matrícula usamos critério complacente. [...] Os alunos subnutridos e poupados não correspondem ao que normalmente lhes competia produzir e frequentemente nos oneram as dotações para aquisições de medicamentos sem, todavia, deles se obter uma razoável compensação. Em se considerando as atuais finalidades do Estabelecimento, somos de opinião que as inspeções de saúde para efeito de matrícula deveriam se tornar um pouco mais rigorosas, a maioria daquelas que se processam nas Escolas dos Aprendizes Marinheiros, onde igualmente se preparam jovens selecionados para bem servir a Marinha. Este tem sido, ultimamente o nosso critério, aliás amplamente amparado pelo Regimento Interno [...] (Relatório anual, 1934)

Muitos meninos que ingressaram no Visconde da Graça não deixaram rastro ou sinal. Há lacunas e desaparecidos, apenas constam nomes, sem pais e sem mães, sem idades, sem indicadores, sem carteiras de saúde ou qualquer registro institucional. O aluno nº 4, com idade presumível de 10 anos, foi matriculado em outubro de 1923, e não sabia ler nem escrever. Nunca foi visitado e seus pais eram falecidos. O 4 ficou internado por 4 anos, sendo informado seu desligamento por carta a Delegacia Regional do Serviço de Povoamento do 10º Distrito do Rio Grande do Sul, no dia 14 de setembro de 1927. O aluno foi internado no isolamento municipal devido a meningite, e foi a óbito às 6 horas da manhã, no dia 13 de setembro de 1927. No processo de matrícula do aluno nº 4 consta seu atestado de óbito, não há referência a qualquer contato que tenha sido feito com familiar, tutor etc. O nº 4 faleceu com 14 anos de idade, estudou na Escola do Patronato nas turmas Primário e Elementar tendo registro de problemas de saúde no lugar das notas de suas avaliações escolares.

“Quanto a mim, em tudo eu ouço vozes” (BAKHTIN, 2011, p. 410). A afirmação do autor em meio ao trabalho no acervo nos fez crer que as vozes nos perturbaram e seguem nos perturbando. Ecos distantes que se aproximam para nos questionar e exigir respostas: “Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera

uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta” (BAKHTIN, 2011, p. 301) – *Quem?*

A audibilidade em meio a gritaria que invadia o acervo, se apresentou a nós também em imagens e sonhos. Imagens dos papéis que ganharam autonomia como agentes que ultrapassaram décadas entre mãos, mesas e caixas. E também sonhos que nos deixavam pequenas frente a imensidão de histórias que, embora desejosas, não conseguimos ainda escutar e contar: os que ontem foram menores desvalidos, retornam hoje para nos confrontar com os muitos meninos e meninas que a instituição segue deixando à margem, por sua incapacidade de acolher e educar.

### **Apostando nas lacunas, nos restos e rastros: Quando o *Outro* é no arquivo**

No livro “La imagen mariposa”, Didi-Huberman (2007, p. 09) trata das imagens como “um bater de asas”, como uma porta que se abre para logo fechar-se. O autor adverte que neste movimento o pensamento corre o risco de equivocar-se. O primeiro equívoco refere-se à crença em poder apropriar-se daquilo que acaba de aparecer, esquecendo que o que vem logo em seguida à aparição é desaparecimento. “[...] una cosa, una mariposa, no aparece sino para desaparecer al instante.” (DIDI-HUBERMAN, 2007, p. 09). Entretanto, o segundo equívoco do pensamento é crer que o desaparecido já não existe. “[...] lo que ya no está permanece, resiste, persiste tanto en el tiempo como en nuestra imaginación, que lo rememora”. (DIDI-HUBERMAN, 2007, p. 09).

Ainda que o capítulo anterior remeta a uma busca profunda realizada através de uma densa etnografia documental em busca do *Quem* que habita nos arquivos do NEPEC, desde o início percebemos que sempre permanecerá algo desses meninos e meninas que se abre apenas em lampejo. Esse “algo” se fecha logo após abrir-se, sem no entanto desaparecer. Ao contrário, já em fechamento, persiste em nossas lembranças imaginativas de forma pulsante e arrebatadora.

Nesse lampejo nos perguntamos ainda com Didi-Huberman (2013): “Como nomear isso? Como abordá-lo? Essa alguma coisa, esse mesmo assim estão no lugar de uma abertura e de uma cisão: a visão ali se rasga entre ver e olhar, a imagem ali se rasga entre representar e se apresentar.” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 205).

Didi-Huberman (2013) vai assim nos dando pistas da forma como as representações clássicas se rasgam quando buscamos profundamente uma imagem. Trata-se de compreender a forma como a abertura dos sentidos e dos significados nas imagens – e nos documentos – se fará sempre em uma cisão, revelando apenas

fragmentos, metades. Por isso, acreditamos, inventam-se sujeitos no arquivo sempre que precisamos dar conta daquilo que a representação já não alcança, de um mesmo assim, alguma coisa que permanece, em sobrevivência.

É no livro “O que vemos, o que nos olha”, que Didi-Huberman (2010) alerta para uma cisão que persiste enquanto modalidade do visível, dividindo o ato de olhar em dois. Nessa fratura, o olhar se parte separando, de forma inelutável, o que vemos do que nos olha. O olhar perde-se então entre a crença, os limites e a própria negação da invisibilidade presente. Ao mesmo tempo, impactado com o volume erguido irreverente diante de si, o olhar, por ora, permite-se iludir com a convicção de que se faz apenas no ato de tocar, um toque físico, tentando ignorar o limite que se estabelece quando esticamos todo o corpo tentando alcançar algo através da abertura de uma grade, ou quando esbarramos com nossas mãos e pés no fundo de cavidades e passagens que, em certa profundidade, se encerram ou se mostram inalcançáveis, surgindo então um vazio do volume, um vazio do toque que eclode e nos devora. Didi-Huberman (2010, p. 38) então diz, quase em um sussurro eloqüente: “[...] devemos fechar os olhos para ver quando o ato de ver nos remete, nos abre a um vazio que nos olha, nos concerne e, em certo sentido, nos constitui”.

Esta é condição de acesso às imagens e aos documentos que nos foi imposta. Intuindo no decorrer da pesquisa que aquilo que conseguíamos ver não dizia suficientemente dos sujeitos que precisávamos contar, tentávamos “olhar de forma mais eficaz”. Nisso passávamos horas e dias entre documentos e imagens, lendo e relendo exaustivamente livros de matrícula, relatórios anuais, criando categorias, pistas de circulação daqueles meninos e meninas, utilizando lupas, mecanismos de aproximação e ampliação, procurando acessá-los por aquilo que podíamos “tocar”, com nossas mãos e olhos, de sua visualidade. Tais abordagens muitas vezes geraram repetidas frustrações...

Em relação às fotografias, tínhamos a sensação de quanto mais as olhávamos, mais elas mantinham-se inalcançáveis, como tão bem explica Didi-Huberman (2010), como algo que não conseguíamos alcançar por mais que estendêssemos todo o nosso corpo por entre as fendas de uma grade... O movimento de aprender a fechar os olhos para olhar, se colocou (e ainda permanece) como um desafio – nos limites da (in)suportabilidade – imposto pelas imagens e documentos durante todo o processo de constituição do campo etnográfico do arquivo.

Diante disso, Didi-Huberman (2010, p.77) alerta que “Não há que escolher entre o que vemos (com sua consequência exclusiva num discurso que o fixa, a saber: a

tautologia) e o que nos olha (com seu embargo exclusivo no discurso que o fixa, a saber: a crença). Há apenas que se inquietar com o *entre*”. Tratava-se, então, de colocarmos, diante dos sujeitos que *estavam e eram* arquivo, em uma posição onde nos fosse possível *dialetizar*, pensar os momentos de abertura (como diástole) e fechamento (como sístole) a partir de um entre-lugar, no limiar deste movimento, e, com isso, tomar como ponto de partida, justamente a cisão que sobrevivia como ferida aberta, ou, como um documento-sintoma de uma história que se coloca como trauma ainda não superado.

Como um percurso exigido pelo Outro no arquivo, tornava-se preciso, então, suportar que nosso olhar se partiria de forma inelutável e que, por isso, algo permaneceria sempre em distância, abrindo-se apenas em velozes diástoles, para logo fechar-se em exigentes sístoles.

Com isso, era preciso que aceitássemos a cisão por onde, por um breve instante, o que víamos se colocava como vestígio e resto de algo que permaneceria em distância, mas que, em lampejo, nos olhava enquanto antro escavado pelo nosso olhar. Os documentos, enfim, começavam a colocar-se como uma dobra, formulada no limiar entre o volume petrificado e um rastro (*spuren*) elaborado como um índice de algo ausente (BENJAMIN, 2006).

Quando falamos de um *sujeito que passa a ser no arquivo* não estamos falando de “[...] uma pura e simples fenomenologia da fascinação alienante que tende para a alucinação” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 149). Com Benjamin, falamos antes de “[...] um manancial da poesia. Quando o homem, o animal ou um ser inanimado, investido assim pelo poeta, ergue o olhar, lança-o na distância; o olhar da natureza, assim despertado, sonha e arrasta o poeta à cata do seu sonho” (BENJAMIN, 1989, p. 140).

Nesse movimento o Outro deixa por momentos de *estar no arquivo* para *ser no arquivo*. O sujeito histórico que originou o registro perde a dimensão da individualidade e da factualidade, e passa a colocar-se como um *Sujeito-Arquivo*. Nesse movimento torna-se possível contar não apenas mais a história do sujeito que originou o documento, a imagem, o objeto, mas uma história de sujeitos passantes por diferentes tempos e lugares. Isso tudo apenas torna-se possível quando, com Benjamin (1989), investimos o arquivo da capacidade de levantar o olhar e nos apresentar realidades oníricas e poéticas não apreensíveis por uma ciência das certezas.

É nessa ciência montada pelas forças subversivas do sonho e da poesia que permitimos que os meninos e meninas no arquivo nos revidem o olhar, repactuando com eles a busca por um lugar redentor de escrita e legibilidade (im)possível de sua

história... Uma promessa que se faz por um caminhar presente e infindo... Atribuindo ao tempo e ao espaço tramados um poder de abertura e redenção abrigados no arquivo.

### **Por uma antropológica possível I: Um acervo em cena e sonho<sup>4</sup>**

Nos anos iniciais das pesquisas realizadas no acervo alguns sinais evidenciaram o quão revelador pode ser o trabalho de investigação. Em dois momentos particulares o acervo nos provocou, irrompendo em cena e sonho a sua realidade. A primeira delas ocorreu no ano de 2016, quando soterradas por pilhas de documentos, envelopes e caixas uma imagem nos surgiu, congelando nosso presente, transportando-nos ao contexto de produção, circulação e esquecimento. A segunda se mostrou em sonho: eu e os imensos armários conversávamos!

Recorto abaixo dois trechos do diário de campo:

\*\*\*

*Cena: Os documentos andaram (em junho de 2016)*

Na semana retrasada, na quinta, dia 18 de junho, cheguei ao acervo um pouco depois do que costumeiramente costumo chegar, creio que por volta das 09 e meia. Ao chegar, ainda estava bastante frio, todos já estavam compenetrados nos seus ofícios de análise das fotos, documentos e organização das prateleiras. (...) De fato, estavam todos muito compenetrados, e não prestaram muito a atenção em minha fala. Na realidade, eu tentava contar a angústia vivida no retorno de Porto Alegre, mais uma de minhas histórias e aventuras no território da capital. Cheguei inclusive a satirizar sobre a situação em que ninguém me dava ouvidos... O que não surtiu muito efeito. Vez ou outra a colega da pesquisa me chamou para ver o que estava pensando sobre as fotos. Ela se encontrava bastante envolvida com o fato de ter de apresentar novamente seu projeto de tese numa das cadeiras em que cursa seu Doutorado. Entre uma conversa e outra, minha bolsista saiu da sala dos computadores e foi para a que estava a sua companheira de grupo, e assim verifiquei que ali ficou um longo tempo, [...] ficando quieta, me resignei e sentei. Peguei uma das pilhas de documentos, as que tenho me dedicado desde o início da semana, quando resolvemos transferir todos os documentos que estavam nas duas salas (a do audiovisual e a da assistência). Sentei então na mesma mesa em que estava a minha bolsista, pois a outra estava sendo ocupada pelos colegas que se dedicavam a organização dos materiais fotográficos e visuais. Os documentos

---

<sup>4</sup> Em algumas partes do texto que segue mudamos a escrita para a 1ª pessoa do singular. Esta alteração ocorrerá sempre que o texto tratar de um experiência vivida individualmente por uma das autoras.

que estava pesquisando no momento eram solicitações de matrícula realizadas na década de 1940. Constam apenas alguns registros, ou seja, não há documentos de todos os anos. Estes trazem a inscrição em grafite vermelho, na parte superior da folha: “arquivo morto”. Tentei em vão contar, e olhar superficialmente, mas não consegui, quando me via já estava envolvida, lendo cada página, as orientações existentes no verso. Na realidade a minha intenção em analisar superficialmente os documentos num primeiro momento, era a de um olhar mais quantitativo, talvez para se ter um dado mais rápido, uma espécie de conforto diante da imensidão de dados de que precisamos dar conta! São pilhas e mais pilhas de folhas as quais não sei exatamente o tempo que levarão para serem “processadas” (como referia um dos bolsistas quando ainda estávamos na dinâmica de transferência documental). Talvez não seja esse o objetivo, mas acho que isso é um defeito que tenho, não consigo ficar aquietada ao saber que os maços estão a me esperar, entendo que tudo deva ser garimpado... Seria isso um sintoma de trabalho de campo no campo das relações e não no campo dos documentos? Ao abrir a caixa, parecia que os documentos estavam a se mostrar de um modo diferente. Sim, tive a estranha sensação de que eles estavam a me dizer coisas que ainda não haviam dito!!! Dei-me conta que haviam grifos, anotações nas bordas das páginas, números registrados e um carimbo. O tal carimbo acusava o recebimento do documento por parte do diretor, e nele havia a indicação de uma espécie de número de inscrição (talvez protocolo de entrega de documentos). A partir daquela visualização dei-me conta do processo, parecia que havia me transportado através do tempo, mais precisamente na sala da Direção. Vi também (alegoricamente???) o diretor despachando os documentos para o setor responsável (creio que poderia ser equiparado ao Registro Acadêmico ou ao Setor de seleção) incumbido de fazer a análise da parte documental, verificando a adequação dos documentos ao exigido na época. Fui também capaz de pensar na tramitação dos documentos, na viagem que percorriam dentro das salas, da circulação por sobre as mesmas, das mãos, mesas e estantes onde estiveram. Tornou-se tudo tão evidente e palpável. Os grifos que hoje encontro, pareciam ter adquirido vida e autonomia: grifavam nos processos nome completo, registro de filiação, data de nascimento, cor, origem, negativa de antecedentes criminais, e por fim, a feitura do despacho com a decisão. Tornou-se igualmente muito evidente a circulação dos objetos, dos papéis, do caminho que percorrem como peças em si, que em si e por si, são capazes de transportar conteúdos: de dinâmicas, de burocracias e também de vidas, de sucessos e insucessos, de inclusões e exclusões. As dinâmicas que seguiam esses

documentos tornaram-se cada vez mais evidentes: os caminhos percorridos, os quais fui capaz de perceber a partir dos encaminhamentos por escrito, das datas em continuidade e das comunicações percebidas entre um departamento e outro: Despacho ao médico para confirmar ou não as condições de saúde do candidato e não apenas esta, mas de acordo com os interesses (?? – seria isso??) ou se correspondia as preocupações para o aluno dispor de biotipo considerado adequado ao trabalho que dele seria exigido nas tarefas de manutenção da escola, já que no período lhes era incumbida essa obrigação. Percebi também (por conta da diferença de tonalidades da cor na escrita do despacho) distorções no parecer médico, refeito pelo Diretor (creio que tenha sido ele ou por suas ordens): um aluno que apresentava todas as condições documentais, exigências etárias e morais-comportamentais, e também médicas, exceto pelo fato de seu diagnóstico médico ter sido refeito posteriormente à emissão do laudo. Qual teria sido a motivação?

Ainda na leitura dos pareceres e suas respostas finais de recusa e indeferimento, por um breve instante imaginei a passagem, a saída e o retorno como ritos vividos por alguns que não eram aceitos. Emblematicamente os registros nomeados por “termos de entrega de menor”, os quais tinham a intenção de isentar a instituição de possíveis maus-tratos durante o período que o aluno lá permanecia para exames e testes de admissão, obrigando a família a assinar formalmente a entrega do aluno, foi igualmente povoado de imagens possíveis. Certamente isto soa muito estranho hoje, mas fico pensando haveria algum pai, mãe, familiar, amigo ou pessoa independente do vínculo que se negaria a receber por conta de algum problema? Nessa imersão temporal refleti sobre a estranheza que existe quando se pensa nos caminhos internos típicos de qualquer instituição: dos tantos pés que lá amassaram barro, das tantas conversas que nos corredores fizeram barulho e ecoaram pelos corredores... tantos eu, tantos tu, tantos eles!

\*\*\*

*Sonho: Os documentos falaram (em dezembro de 2017)*

Algum tempo depois da produção do material para o evento que ocorreu no mês de outubro, o CaVG – Integrando Conhecimentos (um pequeno evento organizado pelo Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação para socializar os resultados de projetos de pesquisa coordenados por servidores), tive um pequeno sonho, logo no início do mês de dezembro. O material que preparamos ficou ecoando por dias em mim, lembrava dos casos que gostaria de adicionar no texto final da tese, da estrutura do trabalho, dos nomes e números... E também de todo o trabalho que foi necessário para

organizar a exposição que nomeamos: “Quem?” Foi um pequeno túnel com imagens, documentos e sons que desejavam provocar os passantes – participantes. Uma proposta que convidava à imersão temporal, explorando alguns aspectos selecionados por nós (membros do NEPEC). Lembro ainda do quanto aquilo causou comoção, dos comentários que se seguiam logo após a passagem e chegada no hall do evento, um espaço que abrigava móveis, objetos e materiais que fazem parte do acervo.

No sonho eu me encontrava em meio a uma imensa sala, com grande luminosidade. Os armários em madeira, envernizados e com pequenos puxadores dourados, se estendiam do chão ao teto. Diante da claridade que invadia o local, pude perceber poucos detalhes, apenas que eram metodicamente organizados em pequeninas gavetas, que ora se transformavam em largas portas fechadas, com puxadores arredondados. Era tudo muito claro, uma espécie de névoa invadia aquele ambiente, contrastando com a madeira escurecida dos armários.

Aquilo tudo assustava. Sentia-me apequenada e perdida diante do que conseguiam captar meus olhos. Não sei se eu havia diminuído ou se os armários haviam crescido...

Absorvida pela vastidão de armários, senti que por trás daquelas portas estariam cuidadosamente organizados todos os documentos que procurei ao longo destes anos de pesquisa, todas as respostas que busquei ao longo do trabalho de campo estariam disponíveis... Bastaria abrir as gavetas e portas! Em êxtase com a possibilidade de finalmente terminar minha busca profunda, ergui a cabeça na tentativa de captar quantas vezes mais eram maiores do que eu, e não resistindo perguntei aos armários:

- “Quem foram os alunos?”

- “Os alunos foram sempre os mesmos” Responderam-me os armários em tom misterioso e implacável.

Ainda não desperta do meu sono refleti sobre os alunos do presente, e em mim ecoava a resposta: Os alunos foram sempre os mesmos!! Ingressaram, concluíram, reingressaram... Seguem sendo os mesmos?

“O mundo polifônico é concebido antes no espaço que no tempo. A unidade temporal essencial da polifonia é o instante de pluralidade máxima; o presente que só se justifique em relação a um passado ou a um futuro ocupa um lugar temporário. O acontecimento dialógico não tem explicação nem gênese”. (AMORIM, 2004, p. 141)

## **Por uma antropoética possível II: Pela montagem surrealista, crianças em cruzada<sup>5</sup>**

A ideia de uma montagem surrealista tem sua origem em uma metodologia que vem sendo construída, desde 2007, pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa: Narrativas, Arte, Linguagem e Subjetividade – GIPNALS/PPGE/UFPeI, que, partindo da abordagem do surrealismo etnográfico (CLIFFORD, 2008), o reinventa em justa proximidade com a obra de Walter Benjamin.

A etnografia surrealista que aqui me aproximo através da técnica da montagem surrealista, pode ser pensada na ordem de uma construção do conhecimento que coloca em prática a desordem do mundo. A montagem, nascida da guerra, atravessou obras estéticas e das ciências humanas, como as de Sigmund Freud, Aby Warburg, Walter Benjamin, Bertold Brecht, James Joyce, Franz Kafka, Marcel Proust e André Breton (DIDI-HUBERMAN, 2017). Na modernidade, as coisas são decompostas no absurdo da assimilação da barbárie pela razão, tornando a montagem uma forma estética de apresentação da política e da ética.

“*Dis-por* as coisas seria uma maneira de compreendê-las dialeticamente” (*Ibidem*, p. 84). Pela dis-posição, as imagens reabrem o tempo, situando-se nas dobras, revelando sobrevivências, retornos e sintomas dos recalques da história dos meninos e meninas do Visconde da Graça... História que dis-posta e (re)montada, passa a contar de muitas promessas feitas e não cumpridas à infância pobre em cruzada pelo mundo.

Na dialética do montador, os “fatos históricos” desorganizam-se, e, com isso, a previsibilidade do progresso, onde só se vê o contínuo da barbárie, é contraposta a uma esperança dos recomeços ou à esperança que vive no improvável (DIDI-HUBERMAN, 2015; BLANCHOT, 2010). É pela desordem que opera essa força contra-hegemônica, não como uma esperança em um distante futuro utópico, mas como uma retomada da história pela “[...] dialética do montador – do artista, do mostrador –, porque abre espaço aos sintomas, às contradições não resolvidas, às velocidades de aparição e às descontinuidades [...]” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 91).

---

<sup>5</sup> Este texto traz uma breve contextualização dos conceitos e referenciais que embasaram a noção de montagem surrealista, assim como um pequeno fragmento imagético de uma montagem maior... Ou melhor dizendo, uma remontagem de uma montagem anterior e maior. Para um maior entendimento da forma como imagem, literatura e som podem justapor-se na montagem ver Ribeiro (2018), além do vídeo disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=TjfbLMmRH9E&t=125s>. As legendas literárias da montagem aqui apresentada são de autoria de Bertold Brecht no poema intitulado “A Cruzada das Crianças”. Todas as fotografias são do Acervo do NEPEC.

O montador dialético opera em uma tomada de posição diante da história, porque a montagem aos dispor as coisas possui uma potência destrutiva diante de um modelo estabelecido de narrativa e de temporalidade. As imagens em montagem se articulam em uma tomada de posição “[...] de cada imagem diante das outras, de todas as imagens diante da história [...]” (*Ibidem*, p. 111), dando a ver um complexo trabalho de imaginação política.

O surrealismo é assimilado na montagem como uma possibilidade de reencantamento do mundo através do mito, da poesia e do sonho. Tendo suas origens no contexto de instauração e consolidação do projeto moderno capitalista burguês, os surrealistas criavam suas obras em defesa da revolta e da liberdade, superando dicotomias entre ação e palavra, sonho e realidade (LÖWY, 2002).

Se para Freud (2016, p. 641), o sonho para alguns povos antigos era o lugar onde se concentravam as forças psíquicas indestrutíveis, indomáveis e demoníacas, um lugar indestrutível onde os homens realizavam seus desejos, Breton (2003), em defesa do poder subversivo da imaginação, evocava as forças psíquicas do sonho, do mito e da poesia a favor da revolução e da liberdade. E por isso, Benjamin (2012) encontrava na iluminação profana da embriaguez surrealista uma via de organização do pessimismo do mundo.

Através do automatismo psíquico, modo de expressão pelo qual o espírito crítico de quem o faz se abstém de emitir qualquer juízo (BRETON, 2002), as imagens dos meninos e meninas do Visconde da Graça foram arrancadas dos seus arquivos originários e postas para trabalhar em uma nova montagem. Com isso as imagens apostei na tomada de posição das imagens.

A tomada de posição supõe uma dialética das coisas em uma copresença conflituosa e eficaz (DIDI-HUBERMAN, 2017). É nesse lugar de movimento e provisoriedade que a tomada de posição da montagem engendra seu caráter destrutivo e improvável. É nisso que estética e política se encontram, em uma (re)pactuação ética com os vencidos da história.

Abandonando antigas legendas presentes nos álbuns e elegendo fragmentos literários, a imaginação poética presente na literatura surge como *lugar-palavra*, que junto às imagens é capaz de gerar testemunho, elaboração e subversão (SELIGMANN-SILVA, 2003). As legendas literárias da montagem emergem, assim, como um testemunho em elaboração... Como uma linguagem que busca situar-se no instante do despertar, atenta à vigília necessária (BENJAMIN, 2006)... Mas ainda trazendo para o

mundo a ser desperto, inconscientes de tempo que sobrevivem em semelhança e diferença.

\*\*\*

Lá nas nuvens,  
vejo outra procissão



Do país nada chegava,  
só rumores sem valia,  
tas em terras lá no leste  
ranha historia se ouvia.

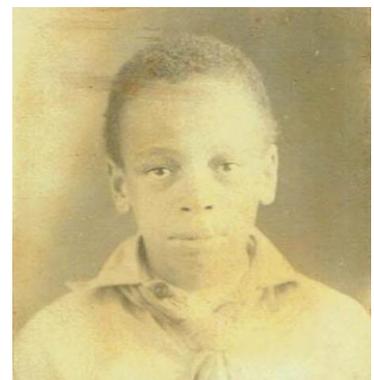


Pequeninos mui famintos  
em tropinhas se juntavam  
atraindo mais crianças  
das ruínas que os cercavam.



Foram todos para o sul  
O sul é esse lugar  
onde o sol, ao meio-dia,  
lá no alto vai ficar.

Quando fecho os meus olhos,  
vejo-os perambular,  
vagando de sitio em sitio,  
sem nenhum lugar achar.





Libertas por nós, elas venceram a morte  
e voltam a viver conosco.

### Ainda dizer...

*“Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo”.*  
(BAKHTIN, 2011, p. 410)

### Referências

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III – Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo; Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I – Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo; Brasiliense, 2012.

BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita. A palavra plural.** São Paulo: Escuta, 2010.

BRETON, André. **Manifestos do Surrealismo.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: O aparecimento do manicômio jurídico na passagem do século.** Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **La imagen mariposa.** Barcelona: Mudito & Co., 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, O que nos olha.** São Paulo: Ed 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens toma posição. O olho da história, I.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos.** Volume I. Porto Alegre: L&PM, 2016.

LÖWY, Michael. **A estrela da manhã. Surrealismo e marxismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, Fabíola Mattos. “Nestes termos, pede deferimento”: Uma etnografia das dinâmicas de intervenção e das práticas da assistência em uma instituição de ensino agrícola, na cidade de Pelotas, RS, Brasil (1923-1990). 2018. 234 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais)- Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

RIBEIRO, Angelita Soares. **Imagens embriagadas – A cruzada das crianças – Barbárie e reencantamento do mundo.** 2018. 143 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão. A literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 45-58.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: Uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla (orgs). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocracias, elites e corporações.** Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.